

Leônidas condena estabilidade e anistia

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, considera a proposta constitucional de estabilidade no trabalho um "grande desserviço para o País e para o trabalhador". De acordo com o general, "indubitavelmente ninguém vai querer empregar trabalhadores estabilizados por mais de 90 dias, e o que vai acontecer é que, por uma racionalidade das empresas, os trabalhadores serão dispensados de seus serviços".

Ao dar esta opinião pessoal sobre uma das propostas aprovadas na Comissão da Ordem Social, da Assembleia Nacional Constituinte, o ministro do Exército ressaltou que o assunto não constou da reunião dos ministros militares, de onde saía no momento da entrevista. Mais que a estabilidade do trabalhador, no entanto, Leônidas é contrário à jornada semanal de 40 horas. E de suas ra-

zões: "Um país como o nosso precisa de muito mais horas de trabalho. Agora, sou pela liberdade de que se trabalhe quantas horas se desejar, conforme entendimentos com as empresas". O general reforçou seu argumento de oposição às 8 horas diárias de trabalho, revelando que sua jornada é de 13 horas e 20 minutos de trabalho por dia. "Quarenta horas eu faço em três dias...", frisou.

O ministro do Exército não se restringiu a comentar as questões sociais da Constituinte. Embora partidário do presidencialismo, o ministro Leônidas Pires Gonçalves deixou claro que os militares aceitam a fórmula encontrada pela Comissão de Organização dos Poderes, pela qual o primeiro-ministro e os ministros de Estado, inclusive os militares, só caem quando houver determinação do presidente da República. A porta do Ministério da Aeronáutica, onde esteve reunido com os demais ministros militares e com o chefe do SNI,

Leônidas afirmou: "O que for decidido neste sentido será bem recebido por nós. Acho que nos faltam algumas condições para um parlamentarismo típico e histórico. Admito, porém, um modelo neoparlamentarista nas formas que atendam às peculiaridades da nação brasileira".

Ele preferiu, no entanto, não enumerar os pontos desfavoráveis à fórmula parlamentarista, preferindo elogiar os trabalhos da Constituinte como um todo. Ressaltando que "discordar é natural na vivência democrática" (referindo-se aos projetos constitucionais de que discorda), o ministro declarou que "a Constituinte tem trabalhado de maneira elogiosa, com aplicação, empenho e interesse, e isso é digno de elogios".

Quanto à situação econômica nacional, o general fez elogios ao Plano Bresser: "Nossa expectativa é de esperança, no sentido de que tudo dê certo. Não somos pessimistas, pois o Plano Bresser foi feito com tanto realismo e objetividade que nossa espe-

rança é imensa. E todos os bons brasileiros devem torcer para que dê certo".

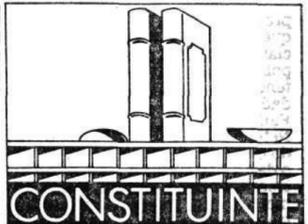
O Não à Anistia

Ao opinar sobre estes assuntos, ao término da quarta reunião no ano dos ministros militares, o ministro Leônidas fez questão de esclarecer que o objetivo do encontro entre os titulares das pastas do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e EMFA, além do chefe do SNI, foi avaliar a Constituinte, sobretudo o problema de ampliar a anistia a militares punidos por atos administrativos.

Projetada nos relatórios de duas comissões constitucionais, a anistia ampla, geral e irretrata para militares punidos desde 1946 ou 1961 motivou essa reunião entre os generais Leônidas Pires, Ivan Mendes, Paulo Campos Paiva, almirante Henrique Sabóia e tenente-brigadeiro Moreira Lima. Assessorados por militares responsáveis pelo acompanhamento dos trabalhos constitucionais, os mi-

nistros do Exército e da Aeronáutica — os únicos a falar após a reunião — usaram os mesmos argumentos de ordem administrativa para tentar mostrar a impraticabilidade da proposta de anistia. Disse o ministro Leônidas: "Nós julgamos que o projeto não atende a nossos interesses por inúmeras razões. Preparamos uma argumentação e vamos apresentá-la aos constituintes. Quem vive num regime democrático tem de viver ao nível das idéias, e nós pretendemos que nossas idéias sejam suficientemente e razoavelmente potentes e fortes para mudar aquilo que achamos seja uma necessidade, não institucional, mas do País, da Nação".

Para o ministro da Aeronáutica, todas as reivindicações referentes à anistia já foram atendidas. "Tenho absoluta confiança que nossa argumentação sensibilizará os congressistas. Nossas teses têm tido a maior aceitabilidade na Assembleia e nosso diálogo tem sido o maior possí-



vel", observou Moreira Lima, lembrando o intenso intercâmbio entre parlamentares e militares, durante as duas primeiras fases da Constituinte.

Quivindo o comentário de um repórter, para quem a "força da argumentação" dos militares seriam canhões e aviões, o ministro da Aeronáutica, sem demonstrar irritação, disse que o trabalho da Força Aérea e de seus homens é o maior argumento.

Emenda proíbe piquete na greve

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Baseando-se na legislação dos Estados Unidos, França, Inglaterra e outros países desenvolvidos, o deputado Ricardo Izar (PFL-SP) está elaborando emenda, a ser apresentada à Comissão de Sistematização ou ao plenário da Constituinte, para o artigo da Constituição que definirá a questão da greve. O parlamentar paulista quer acabar com os piquetes, a coação sobre os que querem trabalhar e, principalmente, com o fomento à greve de caráter político.

A emenda de Ricardo Izar propõe sanções da Justiça do Trabalho

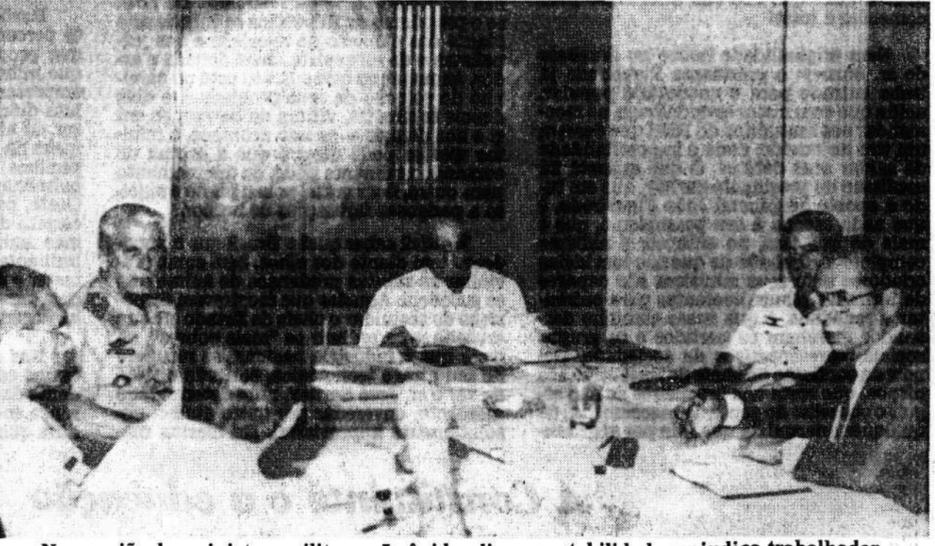
nas greves consideradas legais, que vão da cobertura dos prejuízos causados ao erário público, à punição dos fomentadores, sejam eles patrões ou diretores de sindicato. No caso de a greve ter sido promovida por interesses patronais, os bens da empresa cobrirão os prejuízos. Quando se tratar de líderes sindicais, os prejuízos serão cobertos com bens pessoais, primeiro, e depois com bens do sindicato.

O deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização, ainda não quer adiantar sua posição sobre a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais e a estabilidade no emprego aos três me-

ses, por entender que, devido ao cargo que ocupa, suas posições poderiam ser interpretadas como proselitismo. Além disso, nesta primeira fase dos trabalhos não é possível modificar o mérito de questões já aprovadas, prevalecendo, portanto, a redução para 40 horas e a estabilidade aos três meses.

Correção

Na edição de ontem de O Estado, a reportagem sobre a posição do senador José Richa em relação à estabilidade e à jornada de trabalho saiu com título errado. O certo é "Richa condena a jornada de 40 horas" (não 48 horas, como foi publicado).



Na reunião dos ministros militares, Leônidas diz que estabilidade prejudica trabalhador

A convenção levará ao confronto, diz Expedito

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os membros do Centro Democrático do PMDB estão convencidos de que a convenção nacional do partido, marcada para os dias 18 e 19 de julho, está sendo preparada para se tornar palco de confronto ideológico, envolvendo questões programáticas da área sócio-econômica. A informação é do líder do grupo, deputado Expedito Machado (CE), que, segundo revelou, recebeu nas últimas 48 horas mais 20 adesões. "Isto aconteceu depois da minha entrevista a O Estado no domingo" — acentuou.

Ontem à noite, Expedito Machado reuniu em seu apartamento um grande número de integrantes de seu grupo, parlamentares de outros partidos e "personalidades de fora do Congresso" — ministros, ex-parlamentares e ex-governadores, todos preocupados com a possível radicalização dos debates na Constituinte. Outra reunião foi realizada na casa de Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, com a presença de vários constituintes e dos ministros Renato Archer, Raphael de Almeida Magalhães e Almir Pazzianotto. Foram convidados, entre outros, Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, Carlos Sant'Anna, Hercílio Fortes, Genebaldo Corrêa e Euclides Scalco. Um dos convidados disse, à tarde, que o tema do encontro seria a convenção nacional do PMDB — em exame, a forma como as várias tendências seriam aferidas durante a convenção.

Expedito Machado lamentou a convocação da convenção, prevenindo que ela será "inócua", uma vez que os constituintes não serão obrigados a acatar suas decisões. "Mas haverá constrangimentos, pois ninguém ignora que há divisões na bancada sobre os mais diversos assuntos, a começar pela duração do mandato do presidente Sarney" — observou. Expedito admitiu que pretende votar a

favor dos cinco anos, ainda que a convenção se decida por apenas quatro.

Entretanto, os coordenadores do Centro Democrático estão se movimentando para influir na escolha do futuro primeiro-ministro, que poderá acontecer já em março do ano que vem, por acreditarem que a tese do parlamentarismo misto será vitoriosa na Constituinte, conforme reconheceu Expedito Machado: "O Centro Democrático terá mais da metade da bancada do PMDB na Câmara, que é de 259 deputados. Nada será aprovado à nossa revelia". O líder do grupo não parece nada entusiasmado com a candidatura de Ulysses Guimarães a primeiro-ministro, mas não quis dizer quem acharia indicado para a função. Até porque, na sua opinião, dificilmente prevalecerá a proposta de delegar ao primeiro-ministro atribuições de chefe de governo.



Expedito Machado

Ulysses, por seu lado, recusa-se a comentar as articulações do Centro Democrático e, mesmo, a reconhecer a existência dessa facção dentro do partido que preside: "Não entro nesse assunto...". E nega-se também a admitir que seja candidato a primeiro ministro.

UNIDADE

Ao contrário de Expedito Machado, o deputado Maurício Fruct (PR), um dos maiores defensores da

realização da convenção, entende que o encontro nacional dos peemedebistas será um momento importante para que o partido retome a sua unidade. A divisão partidária, no seu entender, só pode agrandar a "alguns fisiológicos", que, frisou, ingressaram na agremiação única e exclusivamente por interesses particulares, e a outros que se deslumbraram com o poder. "Os verdadeiros peemedebistas, aqueles que ajudaram a construir o partido, organizando diretórios, arregimentando filiados, esses querem um partido mais fortalecido em cima de suas idéias e de suas propostas".

Fruct está certo de que a convenção "não será uma reunião festiva mas um momento importantíssimo na vida partidária". E enfatizou: "A partir de um quadro que está sendo elaborado, poderemos, com clareza, verificar quais as ações do governo e da Constituinte que avançaram ou regressaram comparativamente com o programa do PMDB. Muitas posições poderão ser reavaliadas. Particularmente, não vejo por que o PMDB deva assumir um compromisso de apoio incondicional à ação da União, a não ser que esses atos sejam compatíveis com o programa e o projeto peemedebista. O que não estiver de acordo deve ser realinhado. Da mesma maneira, com toda a independência que os constituintes do partido devem ter, existe um ponto que está acima da posição pessoal de cada um: as posições claras do PMDB devem ser respeitadas".

O deputado Roberto Cardoso Alves (SP) não concorda: "Se a Constituinte é soberana, como diziam antes (as facções esquerdistas do PMDB), nenhum partido pode impor nada a seus representantes; muito menos dizer como votar esta ou aquela questão". A seu ver, "a convenção foi convocada para tentar impor aos constituintes do PMDB questões fechadas no setor econômico-social", de tendência socializante e esquerdizante".

"Lobby" sindical, o mais forte

MURILO MURÇA

A mais significativa vitória de um lobby articulado na atual Constituinte não foi de empresas especializadas e organizadas para esse fim ou os financiados pelas poderosas multinacionais. Foi a do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), representando oficialmente nove confederações de trabalhadores, nove federações de funcionários públicos a nível nacional, três centrais sindicais e mais de 300 sindicatos.

As 38 reivindicações básicas dos trabalhadores, coletadas em quatro encontros nacionais promovidos pelo Diap, foram, com pequenas alterações, incluídas primeiramente na subcomissão que tratava dos direitos dos trabalhadores e, posteriormente, ratificadas no projeto final da Comissão da Ordem Social. Como nesta primeira fase do trabalho da Comissão de Sistematização não haverá alterações quanto ao mérito das questões, até o momento a vitória é integral.

Idealizado pelo advogado trabalhista Ulysses Riedel, que atua nos tribunais superiores em Brasília e que já representou o escritório de advocacia do atual ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, o Diap é a contração política do Dieese, este dedicado à elaboração de estudos econômicos, sociais e estatísticos de interesse do movimento sindical.

O Diap começou a funcionar em dezembro de 1983, "com a finalidade de prestar assistência às entidades sindicais no que diga respeito ao andamento de projetos de lei e estudos legislativos do interesse da classe trabalhadora. O Diap funciona essencialmente como um lobby dos trabalhadores nos poderes Executivo e Legislativo. Isto é, o Diap atua em Brasília como grupo de pressão, que se utiliza de todas as técnicas de relações públicas, comunicação, divulgação e persuasão para induzir o Legislativo e o Executivo a votar ou agir de conformidade com os interesses da classe trabalhadora".

Grupo de pressão só atua nos pontos de consenso entre os sindicatos que financiam os trabalhos

Esta definição está contida em uma das publicações da entidade, justamente o *Quem é quem*, um livro com levantamento sobre quem votaram deputados e senadores candidatos à reeleição em 1986 nas questões de interesse dos trabalhadores. Este trabalho, que já visava à Constituinte, procurava identificar quais os parlamentares que "traíram" o voto dos trabalhadores e quais os que de fato defenderam seus interesses.

A publicação do *Quem é quem* foi dividida por Estados e distribuída aos milhares pelos sindicatos, federações e entidades ligadas ao movimento sindical. Procurava ensinar, dirigindo-se aos trabalhadores, que "o escolhido como nosso representante, pelo nosso voto, deve atuar defendendo nossos interesses e objetivos". E que muitos candidatos fazem belos discursos, alguns pequenos benefícios, doam dentaduras mas depois vão votar favoravelmente em projetos que impõem arrocho salarial.

Para "orientar" os votos dos trabalhadores, o Diap escolheu oito projetos de interesse do setor e catalogou como cada parlamentar votou nessas questões, além de indicar opiniões desses políticos em declarações públicas e entrevistas, procedência, partido, redutos eleitorais, profissão, interesses e cargos públicos já exercidos, além de projetos de lei favoráveis aos trabalhadores. Ressalva, no entanto, que muitos desses projetos foram apresentados apenas para que o nome do autor aparecesse no programa "A Voz do Brasil", sem que este se interessasse pelo seu andamento até que fosse parar no arquivo do Congresso.

Um exemplo do *Quem é quem*, o ex-deputado Hugo Mardini (PDS-RS), que não conseguiu a reeleição: "No exercício do seu segundo mandato federal, votou a favor ou esteve

Um livreto "orienta" os eleitores sobre a ação dos candidatos, e diz quem deve ser eleito

O trabalho de lobby do Diap vinha sendo realizado informalmente durante o ano de 1983 e institucionalizou-se em 1984, com a apresentação do projeto um propondo a proibição da demissão imotivada, aprovado pela Câmara dos Deputados em junho passado e atualmente paralisado no Senado, em função dos trabalhos da Constituinte. Este projeto foi elaborado após dois encontros nacionais promovidos pelo Diap, com especialistas representando as principais organizações sindicais do País, o que lhe teria dado unanimidade de apoio, apesar das sérias divergências de orientação no movimento sindical.

Este é outro ponto fundamental da ação do Diap: só atua nos pontos consensuais entre seus quase 400 sócios mantenedores. Tanto que não se manifestou sobre o capítulo da organização sindical na Constituinte, pois há setores que defendem o pluralismo contra a linha da representação sindical unitária. Desta forma, o Diap conta com o apoio das mais expressivas e poderosas organizações.

O principal "operador" deste lobby é o jornalista Antônio Augusto de Queiroz, 26 anos, que com Riedel (atualmente nos Estados Unidos, visitando organização semelhante norte-americana e que já tem quase um século de existência) definem as estratégias básicas da entidade e as colocam em prática, com apoio das organizações sindicais.

Depois do trabalho de orientação do eleitor e definição da pauta básica consensual de reivindicações, o Diap atuou firmemente desde a elaboração do regimento interno da Assembleia Nacional Constituinte, mobilizando deputados e senadores para que derrubassem a proposta de voto secreto em favor do voto público e nominal. Também defendeu a votação artigo por artigo e não em bloco e ajudou a implodir a "grande comissão" que, em princípio, deveria redigir um anteprojeto da futura Constituição, iniciando então os debates.

Objetivo é conseguir dez milhões de assinaturas apoiando emenda sobre direitos trabalhistas

A obrigatoriedade de divulgação dos trabalhos da Constituinte através de horário gratuito no rádio e televisão foi outro ponto de luta do Diap, que não conseguiu, no entanto, a gravação integral dos trabalhos, em videocipe. Dentro da estratégia da entidade, estes teipes seriam utilizados nos redutos eleitorais dos constituintes, para que estes votassem de acordo com a orientação das organizações sindicais. Conseguiu, ainda, maior espaço para as audiências públicas, amplamente utilizadas pelas centrais, federações e confederações sindicais, de modo sistematizado: as nove confederações e as três centrais fizeram com que os 38 pontos básicos fossem inscritos nada menos que 11 vezes nos anais da Constituinte.

Paralelamente, o Diap começou a atuar para que os deputados comprometidos com sua linha de ação fossem designados pelas lideranças nas subcomissões que mais lhes interessavam. Diante de uma correlação de forças adversa, decidiu-se pela concentração de esforços na Subco-

missão dos Direitos dos Trabalhadores e Funcionários Públicos, onde a maioria dos membros, incluindo o presidente, Geraldo Campos, e o relator, Mário Lima, assinaram a proposta do Diap, já com alguns aperfeiçoamentos.

"Não adianta levar uma multidão de pessoas ao Congresso, pressionando de forma até intimidadora os constituintes. O importante é levar lideranças capazes, hábeis, representativas e previamente preparadas tecnicamente para pressionar o voto na direção desejada", ensina Queiroz, que aponta que ao pouco eficiente a briga de torcida como a registrada entre trabalhadores e proprietários rurais na Comissão da Ordem Econômica, onde se votava a reforma agrária.

O operador do lobby do Diap revelou ainda outra tática de sucesso, iniciada nas subcomissões e aperfeiçoada nas comissões e que, pretende, deverá funcionar ainda melhor daqui para a frente, tanto na Comissão de Sistematização como em plenário, onde a Constituição será finalmente decidida. Trata-se da tentativa de cooptar figuras "isentas", "de centro", mas simpáticas às propostas do Diap.

Como exemplos destes últimos, na Comissão da Ordem Social, onde concentraram-se os trabalhos de pressão do Diap nesta fase, Queiroz citou o empresário Ronan Tito, senador pelo PMDB de Minas Gerais e que teve um trabalho "extraordinário" no convencimento de outros constituintes, além de ser um exímio articulador de plenário, obstruindo votações, levantando questões de ordem e conseguindo conduzir votos. Outro citado é o jovem senador e usineiro nordestino Teotônio Vilela Filho, de Alagoas.

"Para se realizar o lobby não basta boa vontade e disposição. É necessário assessorar os parlamentares que lutam com a gente para que tenham todos os dados para sustentação das teses, com segurança, assim como faziam com exclusividade, até então, aqueles parlamentares comprometidos com outros interesses, como os da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp)", afirma Queiroz, apontando como principal porta-voz do empresariado na Comissão da Ordem Social o deputado Max Rosemann.

Lobby dos trabalhadores prefere lideranças hábeis e que não intimidem os constituintes em plenário

Como ganhar um relator? Não há resposta única para esta pergunta, segundo Queiroz, exemplificando a situação com o relator da Comissão da Ordem Social, senador Almir Gabriel, apontado como dificilmente influenciável. Inicialmente, buscou-se a influência dos políticos que lhe são mais próximos, enquanto as organizações sindicais do Pará, Estado do senador, também o pressionavam. Toda a equipe de assessores de Almir Gabriel foi assediada pelo grupo de "voluntários" do Diap.

Mobilizar "voluntários" é fácil. Além de fácil, barato, já que o trabalho dessas pessoas não é remunerado e as contribuições ao Diap são suficientes para manutenção de um conjunto de salas no setor bancário sul, no centro de Brasília, embora dois de seus três telefones estejam cortados por falta de pagamento e o último número do jornal só saiu graças a patrocínios publicitários. A falta de caixa do Diap é consequência direta do atraso do governo em redistribuir as verbas do imposto sindical, o que afeta a capacidade de pagamento das organizações sindicais.

O mesmo tipo de trabalho, aperfeiçoado, segundo Queiroz, continuará a ser realizado até o final da Constituinte, com um reforço: o dia 12 de julho, a proposta do Diap sobre os direitos dos trabalhadores na futura Constituição deverá chegar a Brasília na forma de emenda popular com dez milhões de assinaturas. Todas as quase 400 entidades sindicais filiadas e as não sócias, mas simpatizantes, estão trabalhando neste sentido. Brasília/Agência Estado

Pacini sai. Antes pede o fim do Banco Central

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"O Banco Central é como um bombeiro omissos. Chega sempre depois do incêndio. Basta que se verifique o rosário de intervenções tardias que o mostram como um espectador no universo que deveria comandar." Com essas observações, em seu último pronunciamento oficial antes de se aposentar do serviço público após 51 anos de trabalho, o ministro Mário Pacini, do Tribunal de Contas da União, defendeu a extinção do Banco Central. Pacini, que foi presidente do TCU por dois anos, sempre pregando seriedade e austeridade dos homens de governo, propôs ainda a reformulação do sistema bancário e financeiro e decisões governamentais mais firmes quanto à dívida externa, dívida interna e combate à inflação.

Pacini chegou a surpreender o secretário do Tesouro Nacional, Andrea Calabi, quando, além de propor a extinção do Banco Central, sugeriu aos constituintes "a volta ao tempo da Sumoc, com pouca gente, muita

economia, eficiência e absoluta confiança no sistema". Segundo ele — ardoroso defensor do Banco Central do qual foi funcionário de carreira e, durante 10 anos, diretor operacional na região de Minas, Goiás e Distrito Federal —, de nada adiantou o fechamento da "conta movimento" do banco oficial. "Falava-se que iria melhorar o controle da inflação, baixar as taxas de juros, conter os meios de pagamento, enfim, acertar o sistema financeiro". E completou: "Parece que tudo piorou".

Sobre o sistema financeiro, o ministro Pacini confessou-se espantado com a classe política do País, que aceita decisões proferidas pelo Conselho Monetário Nacional sem o debate real dos assuntos e das idéias, "decisões muitas vezes oriundas de reuniões preparadas por contatos telefônicos, num arranjo que configura a decisão de um Conselho". Para o ministro, o Congresso deve retomar seu poder de decisão. "O Brasil é um país que tem potencialidade e possibilidade de, num prazo médio ou longo, recuperar sua credibilidade e normalizar suas atividades produtivas", afirmou.

4.5 SUPER FREEZER É NO G. ARONSON
O INIMIGO Nº 1 DOS PREÇOS ALTOS
3 VEZES SEM JUROS

White-Westinghouse
A liberdade de escolher melhor